



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1225>



## Família, trabalho e militância sindical: uma visão feminina do mundo do trabalho no ABC Paulista

Caroline Silvério\*

ORCID iD 0000-0001-9359-9929

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, Brasil

Marilda Menezes\*

ORCID iD 0000-0001-5815-975X

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, Brasil

Sidney Jard da Silva\*

ORCID iD 0000-0003-3444-1763

Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, Brasil

**Resumo:** O presente trabalho está inserido em uma agenda de pesquisa mais ampla relacionada

- 
- \* Mestranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: caroline.silverio@ufabc.edu.br.
  - \* Pós-Doutorada na Yale University no Agrarian Studies Programme e no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), PhD pela University of Manchester, mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Santo André, pesquisadora do CNPq, nível 1C, professora visitante sênior da Universidade Federal do ABC (UFABC) (2012-2019). Atualmente é professora colaboradora da UFABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. E-mail: marilda.menezes@ufabc.edu.br.
  - \* Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (MIT), bolsista produtividade do CNPq, professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC), investigador visitante no CES/UC. E-mail: sidney.jard@ufabc.edu.br.

à violação dos Direitos Humanos pelo Estado brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985). A pesquisa desenvolve-se a partir de entrevistas realizadas em parceria com a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC) e a TVT, emissora educativa ligada à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho. Neste texto, destacamos as memórias de uma operária, migrante nordestina, que teve uma trajetória de trabalho no setor metalúrgico na região do ABC Paulista, participou das greves nos finais dos anos 1970 e início dos 1980 e da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O objetivo é compreender, a partir de uma perspectiva de gênero e de classe, como Luzia narra os dispositivos sociais de dominação, violência e repressão vivenciados na sua trajetória, nos espaços da família, trabalho e militância sindical no contexto de uma cultura política repressiva e militarizada, institucionalizada pelo Estado brasileiro a partir do Golpe de 1964. Analisaremos, partindo de suas memórias e narrativas, como se engajou nesse mundo autoritário, questionando as estruturas de exploração e dominação de classe e gênero.

**Palavras-chave:** ABC Paulista. Memória. Gênero. Classe. Migração. Sindicalismo.

### **Family, work, and union militancy: a female view of the world of work in ABC Paulista**

**Abstract:** The present paper is part of a more comprehensive research agenda related to Human Rights violations by the Brazilian State during the Military Dictatorship period (1964-1985). It is developed out of interviews in a partnership with the Amnestied Metalworkers Association of ABC (AMA-A ABC) and and TVT, an educational broadcaster linked to *Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho*. In this work, we highlight the memories of Luiza, a female worker and migrant from the Northeast of the country, who had a difficult journey in metallurgy factories in the metropolitan region of São Paulo, went on strikes by the end of the 1970's and the beginning of the 1980's, and was part of the ABC Metalworkers Union direction. The aim is to comprehend, from a gender and class perspective, how Luiza's narratives are related to social structures of domination, violence, and repression in her life, among family, work, and union contexts, in a period of a repressive political culture, institutionalized by the Brazilian State since the military coup in 1964. Out of her memories and narratives, it is analyzed how she had been politically committed, questioning the social structures of class and gender exploitation and domination in an authoritarian environment.

**Keywords:** ABC Paulista. Memory. Gender. Class. Migration. Unionism.

## **Introdução**

Neste artigo, nos propomos analisar as memórias de uma operária, Luzia Silva,<sup>1</sup> nascida em Alagoas (CE) e que migrou com a família em 1964 para São Paulo (SP) – período em que levas de homens, mulheres e famílias migraram de estados da região Nordeste do Brasil para a cidade de São Paulo. Nos finais dos anos 1970 até 1994, Luzia teve uma trajetória de trabalho no setor metalúrgico na região do ABC Paulista, participou das greves (com destaque para as de 1980 e 1983) e integrou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC).

---

<sup>1</sup> Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

Para tal intento, elegemos a metodologia da história oral, que considera a multiplicidade das perspectivas narrativas sobre as experiências historicamente vividas, bem como os deslocamentos dos limites fluídos entra a vida privada e pública quando tratamos de memória e história.

A análise de personagens que vivenciaram dominação e violência durante o período da Ditadura Militar pretende se somar às pesquisas que, através da metodologia da história oral, contribuem para ampliar o debate da cidadania e justiça, como os de Cittadino e Silva (2021) e Rovai (2013).

Cittadino e Silva (2021, p. 222), por exemplo, analisam os registros da Comissão Nacional da Verdade de João Pessoa e destacam a importância de dar visibilidade às memórias de mulheres militantes comunistas:

Podemos afirmar que os relatos fornecidos à CMV-JP [Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa] possibilitaram àqueles que os pronunciaram que pudessem expressar não só as violências de que foram vítimas no pós-1964, como também as suas versões dos fatos ocorridos naquele período e, com isso, tivessem reconhecidas publicamente as suas histórias e as suas participações naqueles eventos, inserindo-as nas narrativas até então existentes.

Rovai (2013, p. 133), por sua vez, mostra a importância do registro de vozes silenciadas no período da Ditadura Militar:

Na luta pela validação de outras memórias contra os estereótipos criados, e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, o testemunho dos que resistiram à opressão e foram silenciados vai abrindo espaço contra as indiferenças, por caminhos que vão da política (como a Comissão da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff em 2012), à mídia e às pesquisas, que se expandem nas academias – seja como denúncia, responsabilização e/ou reparação. Nesse sentido, muitos trabalhos com história oral têm contribuído para ampliar as vozes divergentes, as fissuras na memória e a discussão em torno da cidadania e da justiça, e esse aspecto dá ao oralista um papel que extrapola o universo acadêmico.

Buscamos, através da análise das memórias de Luzia, também contribuir para dar visibilidade às vozes de operárias quanto à família, ao trabalho, militância e violência no período da Ditadura Militar. Utilizamos entrevistas semiestruturadas realizadas nos anos de 2017 e 2019 no âmbito de dois projetos de pesquisa,<sup>2</sup> no total de seis horas

---

<sup>2</sup> Pesquisa *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*; com continuidade no projeto *Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local (cidades)*. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio institucional recebido em ambos os projetos. Somos igualmente gratos à Deise Recoaro, Eliane Meza e Luiz Soares da Cruz pela contribuição na realização e transcrição das entrevistas.

de gravação e cerca de 80 páginas transcritas. Compreendemos que os textos gerados a partir das entrevistas são narrativas, nos termos propostos por Verena Alberti:

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse *trabalho da linguagem* em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, a experiência é comum a todas as narrativas [...]. (Alberti, 2004, p. 77).

É através da linguagem que a experiência passada é organizada e significada. Assim, a linguagem é, ela mesma, ato, produção de algo. A narrativa não é um lembrar fiel do passado, mas sim uma ressignificação do passado a partir do presente (Bosi, 1994; Halbwachs, 2006).

Os(as) narradores(as) tecem os fios entre o presente e o passado para dar forma e sentido às suas vidas. No mesmo compasso, Rita Paiva sugere que narrar é unir discontinuidades:

O narrador ou o investigador, ao reescrever a ação e o discurso que lhe é inalienável, conectando seus fragmentos, efetua uma transcrição significativa. Esta não enuncia verdades sobre a ação, mas visa a dialogar tanto com o objeto (sujeito) quanto com as outras teorias que abordem o assunto sobre o prisma de uma outra racionalidade. (Paiva, 1999, p. 98).

As memórias de Luzia selecionam e conectam fragmentos, eventos, fatos de modo a construir uma “transcrição significativa”, ou seja, buscando dar sentido à sua vida. Propomos uma leitura interpretativa de sua narrativa a partir de três eixos temáticos: I) a posição de classe; II) as relações de gênero e autorrepresentação como uma mulher rebelde e guerreira; III) a consciência política na militância sindical.

Buscaremos compreender como Luzia narra sobre os dispositivos sociais da dominação, violência e repressão vivenciados na sua trajetória, bem como os questionamentos e ações de resistências às estruturas de exploração e dominação de classe e gênero em diversos espaços sociais – família, trabalho e militância sindical.

## A família de Luzia: narrativas do trabalho e de moradia

Luzia nasceu em 1958 em Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, e migrou aos seis anos de idade, em 1964, com sua família – que eram agricultores sem-terra – para São Paulo. Compreendemos que o fenômeno das migrações não se resume “a deslocamentos de população, sugerimos a análise da migração como um *acontecimento*

histórico, que atinge os(as) que partem e os(as) que ficam constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia” (Silva; Menezes, 2007, grifos nossos). Nesta seção do trabalho, veremos como essas dimensões, especialmente, de classe e de gênero são construídas na narrativa de Luzia.

Quando inicia a história da vinda para São Paulo, a narradora ampara-se no imaginário coletivo da migração nordestina que versa sobre a busca por melhores condições, mas conecta com a experiência da família, dizendo que o pai era “sem juízo”, “sumia” e quem “segurava as pontas” era a avó paterna, e retoma: “então, devido às dificuldades que todos que vêm para São Paulo têm, a gente veio embora” (Luzia Silva, 2019).

Diluir a lembrança numa narrativa já costumeira para explicar a saída do nordeste mais nos coloca questões que respostas. Não temos outras informações para explicar o porquê do “sumiço do pai”, mas arriscamos a hipótese de que possivelmente estivesse envolvido em migrações temporárias, indo trabalhar fora de sua localidade para garantir o sustento da família. Enquanto há um certo silenciamento sobre as “dificuldades” que levaram à vinda para São Paulo, a narrativa sobre os primeiros anos no estado paulista é ativada pelo trabalho de memória.

O trajeto até a cidade de São Paulo não ocorreu em linha reta. No meio do caminho, por falta de condições, tiveram uma experiência de trabalho na zona rural do interior paulista: “com seis anos, plantava algodão, plantava amendoim [...] dormia no chão, não tinha cama” (Luzia Silva, 2019). Nossa narradora não se lembra o nome da cidade, nem as circunstâncias do abandono daquelas terras para continuar a caminhada mais ao sul. Lembra-se apenas de que foi uma fuga, realizada na calada da noite.

Vale ressaltar que o não dito chama a atenção por estar no campo das memórias difíceis – que podem se tornar públicas quando contextos pessoais, familiares ou sociais tornarem possível, conforme nos ensina Pollak (1989). Luzia nos fala: “eu tenho a lembrança do meu pai falando: 'Fica quieto, não fala nada, vai todo mundo quieto!'; a gente saiu de madrugada, aí uma pessoa, que eu também não consigo lembrar e nunca tive a curiosidade de perguntar para o meu pai, nos levou na cidade e de lá nós pegamos o ônibus e descemos em São Paulo” (Luzia Silva, 2019).

Se quem oculta o fato é Luzia, ou a família de Luzia, é questão de menor importância. O relato nos fornece indícios das condições de trabalho análogo à escravidão dos(as) trabalhadores(as) rurais nas fazendas de São Paulo naquele período. Mas o pai e a família, com ajuda de alguém de confiança, conseguiram montar uma estratégia bem-sucedida de escapar daquele cerco sobre suas vidas e continuar sua saga rumo à capital do estado. Era o sonho de chegar ao lugar de oportunidades, do desenvolvimento, da modernidade e, assim, melhorar de vida.

Na chegada à São Paulo emergem memórias sensitivas, Luzia narra as imagens de um morador de rua comendo pão: “Eu tenho a lembrança da gente no centro de São

Paulo; eu nunca tinha visto pão na minha vida – para vocês terem uma ideia – arroz e pão eu não conhecia... aí tinha aqueles moradores de rua, quando eu fui passando eu fiquei olhando eles comendo, olhando, ele foi dar o pão meu pai puxou meu braço, quase arranca meu braço para eu não pegar o pão” (Luzia Silva, 2019).

A narrativa sobre esse evento – relembrado a partir da sensação de fome – simboliza, a nosso ver, uma referência à condição de pobreza da família. A represália do pai em forma de um “puxão” expressaria uma recusa a compartilhar da condição de mendicância do morador de rua. Afinal, migraram para o sul “fugindo das dificuldades”.

Luzia chega, então, à “capital da vertigem”, vinda do interior de Alagoas com a família (os pais mais quatro irmãos), sem saber ao certo o motivo, nem o destino. Vale registrar que estamos em 1967, no entanto, nas memórias ainda não surge nenhuma alusão direta à ditadura. A entrevistada continua sua história de vida – ainda com predominância das memórias sensitivas – descrevendo o lugar que foram morar:

[...] *Mas nós vamos morar nessa casa feia?* porque era um cômodo só de madeira, era um quintal, um cortiço, era um quintal, né? então tinha várias casinhas de um/dois cômodos no final, dois barracos, era dois cômodos, um já morava uma família e nós fomos morar no outro. Aí nós fomos morar nesse lugar horrível. Inclusive meu irmão mais novo nasceu dentro desse barraco. Então: era um barraco que molhava muito. Ficava aquele mau cheiro, porque o piso era madeira, mas da madeira até o chão tinha uma distância, então, conforme molhava e caía [água] levantava aquele *mau cheiro*, foi onde eu e meu irmão *começamos a ter bronquite*, né? por conta desse mau cheiro. [...] Nós ficamos nesse lugar quatro anos. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

A moradia descrita faz parte da cena da recém-industrializada Vila Carioca, na Zona Sul de São Paulo, próxima à cidade de São Bernardo do Campo, e é representativa do contexto da urbanização ocorrida no Brasil, na segunda metade do século XX, problematizado por Kowarick (1993) através do conceito de *espoliação urbana*. O relato de Luzia sobre o convívio com ratos, por exemplo, expõe a ausência de saneamento básico nos centros industriais: “às vezes, a gente acordava mordido de rato *pra ter a ideia da situação que nós passamos*” (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

A descrição das condições precárias da moradia, que se assemelha a um cortiço, compõe com elementos de uma memória sensitiva – o mau cheiro, a umidade – uma narrativa da precariedade e condição indigna em que viveram nesses anos iniciais em bairro periférico de São Paulo. Precariedade que contrasta, aparentemente, com a riqueza trazida pelo desenvolvimento industrial.

Como destaca, de um jornal da época, Luís Sérgio Valentim, citado por Pereira (2012, p. 70): “Só no bairro da Vila Carioca, situado junto ao núcleo mais antigo do Ipiranga, existem atualmente mais de 500 indústrias, entre as quais destacam-se a Ford, Volkswagem e Puma, de automóveis, Ultragás, Linhas Corrente, tecidos Paramount e

Alumínio Couraça” (A história..., 1971, p. 13).

O contraste entre o desenvolvimento e o aparente atraso das condições dos(as) trabalhadores(as) não é algo anômalo, mas como bem argumentou Francisco de Oliveira (2003) é constituinte do próprio movimento do capitalismo. Após quatro anos morando na Vila Carioca, um tio que havia comprado um terreno no Jardim Independência, em São Bernardo do Campo, oferece ao pai de Luzia construir, ao menos, um cômodo para acomodar a família:

[...] Meu tio acabou que foi, deu entrada num terreno no Jardim Independência aqui em São Bernardo do Campo e pediu, falou para o meu pai: 'Ó, dei entrada num terreno, você vai fazer nem que seja um cômodo e você vai tirar seus filhos daqui porque aqui não é lugar de criar filho, não!'. E aí depois, depois de quatro anos nesse lugar, nós fomos morar no Jardim Independência, *um cômodo, só um cômodo. Depois foi fazendo de pouquinho, né? Fez mais um...* você imagina: nós éramos, nós somos, em cinco filhos, né? quatro morando na nossa família e um morando com minha vó. *Minha vó foi morar numa favela horrível. Aí todo mundo com dó, acabou que a gente puxou ela pra morar também no mesmo quintal. Fez um cômodo de madeira*, foi morar com a gente aqui no Jardim Independência. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

A ajuda mútua entre parentes e amigos é um recurso social e cultural importante entre migrantes e classes populares. Ainda hoje, nas periferias de São Paulo, os mutirões familiares têm viabilizado a construção de moradias, uma vez que diminuem os custos de força de trabalho e possibilitam que os poucos recursos disponíveis sejam destinados à compra de material de construção.

### "Sempre fui meio rebelde": narrativas de gênero e família

As lembranças sobre a chegada à capital são de Luzia ainda criança, aos nove anos de idade. É interessante notar como as narrativas sobre a precariedade da moradia são entremeadas e sequenciadas por narrativas da vivência de gênero na família, das relações de sociabilidade no bairro, na escola e na iniciação no trabalho em casa de família (em São Paulo, lembrando que trabalhou no campo aos seis anos de idade).

Na cidade, há a sociabilidade no bairro, antes da ida à escola e da iniciação no trabalho. Aparece na narrativa a “amiga da rua”. A sua única amiga era filha da *portuguesa* – assim identifica a “vizinha da frente”, sem nomear. Foi com ela que aprendeu a “falar direito”: “[...] com doze anos eu não tinha sotaque mais. São coisas assim, lembranças muito ruins, eu tento lembrar, às vezes, eu lembro, depois eu tento esquecer” (Luzia Silva, 2019). Das brincadeiras com a amiga, ou do nome dela, nada diz, nada sabemos.

Já a escola, como instituição reprodutora de desigualdades que é, trata de ratificar o que lhe “ensinara” a mãe da amiga: “a aprendizagem era inferior”, diz ela, “tem a música do Luiz Gonzaga, mas é verdade, o eme é mê” (Luzia Silva, 2019).<sup>3</sup> A diferença linguística é colocada como indicador de uma suposta inferioridade da educação oferecida no interior de Alagoas (campo) e a oferecida em São Paulo (cidade). O irmão e Luzia “perdem”, portanto, um ano de estudo e frequentam a mesma série.

O preconceito linguístico localiza Luzia e os seus em relação à cidade grande e imputa aos recém-chegados a responsabilidade de correr atrás do tempo perdido, para poderem ficar sincronizados com seu novo território. Nas palavras de Luzia: “essa é uma fase que marcou muito também, o sotaque, riam [...] você imagina a gente vindo de outro mundo, o nosso mundo era o sertão de Alagoas para uma cidade: bairro Ipiranga, Vila Carioca [...] minha mãe mandou cortar o cabelo, daí virei Joãozinho. [...] Dificilmente eu comento esse período, foi muito ruim” (Luzia Silva, 2019, grifo nosso).

É nesse momento que aparece um dos episódios que servem de disparador do contexto que a impulsionaria para o mundo do trabalho: a do sapatinho de borracha, com solado fininho que maltratava seus pés – não tinha acesso ao sapato de couro, as roupas eram todas doações de uma instituição de caridade Kardecista, que também doava cesta básica. E arremata:

[...] Por isso que eu fui trabalhar com 11 anos, né? Meu pai não obrigou, eu brigava, eu chorava, pedia para trabalhar. Meu sonho, sempre! Pra mim trabalhar não foi só necessidade financeira, foi uma fuga também, pra mim trabalhar sempre foi uma distração, era... minha alegria era trabalhar, com 11 anos eu comecei a trabalhar de babá, com 11 anos. (Luzia Silva, 2019).

O *sapatinho de borracha* se conecta ao eixo narrativo das condições de classe da família, não temos informações da renda da família, mas os aspectos mobilizados pela memória nos dão indícios de que ela não permitia o consumo de itens como roupa e calçado. O trabalho de crianças era uma estratégia recorrente em famílias de classes trabalhadoras naquele período, tanto para compor a renda quanto como um dispositivo educativo, ou seja, socialização de meninos e meninas para o trabalho.

Na narrativa de Luzia, a iniciação no trabalho aos 11 anos de idade não é tanto uma exigência ou orientação do pai ou da mãe, mas uma demanda própria com duplo sentido, “necessidade financeira” e “fuga”.

O significado de “fuga” se conecta ao eixo narrativo de gênero, ou seja, das relações de dominação. Nesse contexto, a fuga seria uma possibilidade de escapar do controle autoritário do pai sobre seu comportamento. Vamos observar que a relação

---

<sup>3</sup> “O ABC do sertão”, canção de Luiz Gonzaga, citado por Luzia para comprovar a diferença da aprendizagem entre o interior de Alagoas e a escola da Vila Carioca, Zona Sul de São Paulo.

de dominação de gênero é um dos eixos temáticos que estrutura a narrativa de Luzia, sendo que a relação do pai com ela, filha, e com a mãe dela, a esposa, assume uma proeminência na argumentação. Logo após o fragmento citado anteriormente, a entrevistadora pergunta:

**Entrevistadora** – Então Luzia, eu acho que essa parte da família é muito importante para a gente até para... compreender um pouco... compreender o processo como você chegou a ser uma militante política, sindical, enfim... E a gente precisa falar um pouquinho sobre os valores, como é que foi essa coisa do seu pai? Você falou que ele era severo, muito rígido...

**Luzia** – Ele é até hoje.

**Entrevistadora** – Mas assim, tem a sua mãe também, tem a sua avó, como era a relação de vocês, quais valores, digamos, ficou em você, durante aquele período?

**Luzia** – Eu vou tentar falar da minha mãe, tá? Vou tentar, porque minha mãe faleceu tem um ano, então, para mim é muito difícil, né, só quando você falou *mãe* já me abalou! [longa pausa]. Minha mãe na verdade ela foi [com voz chorosa], ela foi muito submissa, né? Ela nunca pôde trabalhar, meu pai não deixava trabalhar, meu pai não deixava estudar, meu pai foi... ele não foi, ele é, ele hoje tem 83 anos, ele é muito... ele é muito machista, então, a mulher não podia trabalhar, não podia sair de casa, não podia pôr uma blusa sem manga, nós também não, né? Ele falava que filha dele nunca ia usar calça comprida, calça comprida era para mulher à toa, que ficava marcando o corpo, né? E a minha mãe foi muito submissa. (Luzia Silva, 2019, grifo nosso).

Nesse fragmento, Luzia nos narra a dominação do pai sobre a mãe – impedindo-a de trabalhar, estudar – e o controle moral que reafirma sua posição de poder na expectativa de determinar o comportamento da filha. Assim, a narrativa de Luzia vai nos tecendo os fios de classe e de gênero que orientam as relações sociais na família, tanto na perspectiva do casal quanto na socialização da filha. Jacquet (2009, p. 314) observa que um grupo de pesquisadores demonstraram que “as práticas educativas das famílias não são apenas determinadas por relações de classe mas também por relações de gênero”. Citamos a seguir um breve fragmento da autora Tania Salem referenciado em Jacquet (2009, p. 314) em que discorre como as expectativas e orientações são diferenciadas para os meninos e meninas: “as moças sofrem uma maior vigilância na área referente à sua vida afetiva/sexual, ao passo que o controle básico exercido sobre os rapazes gira em torno de sua atuação acadêmica e profissional”.<sup>4</sup>

Embora Luzia não relate sobre a relação do pai com os filhos homens – e

---

<sup>4</sup> SALEM, Tânia. *O velho e o novo: um estudo dos papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.

não realizamos entrevistas com os irmãos e nem com o pai –, sua narrativa nos leva a compreender que a atitude do pai se orienta por modelos sexuados, tanto na dominação que quer exercer sobre a esposa quanto sobre a filha. E embora as relações de gênero estejam presentes na mãe e na filha, as formas de lidar com a dominação são diferenciadas. Luzia interpreta que a mãe foi submissa, demonstrando sua visão crítica à atitude do pai e uma certa compaixão pela mãe. Diferente de sua mãe, ela relata que desde criança “se revoltava”. Após o fragmento citado, Luzia expressa sua “revolta” com essa postura de dominação e controle do pai sobre a esposa e sobre as filhas.

De pequena eu sempre me revoltei com as coisas erradas... *sempre fui meio rebelde* com essa coisa do... começou na própria família, né, que eu não aceitava a forma que meu pai... imagina, uma criança ficar pedindo para mãe separar! Eu criança, na época não era normal, não era comum separação e minha mãe mandava eu calar a boca que se meu pai escutasse ele ia me bater, porque ele sempre batia muito, né, e a minha mãe sempre foi submissa; a minha avó foi uma guerreira. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

Gostaríamos de destacar o termo “sempre fui rebelde” como um eixo narrativo importante na autorrepresentação de Luzia. Ser “rebelde” é uma autoimagem desde quando era criança e continuou sendo ao longo da vida. Os termos se alternam, como veremos posteriormente, “rebelde”, “mulher guerreira”, “mulher consciente”, na fase de seu envolvimento sindical e partidário, mas todos se conectam na sua construção identitária.

Seu desejo era que o trabalho fosse uma *fuga*, significando uma possibilidade de escapar do controle do pai, mas a experiência de trabalho como doméstica é, também, de exploração, tanto de classe quanto de gênero. Na busca por emprego, foi contratada como babá e a patroa foi exigindo as demais tarefas, como limpar a casa, cozinhar e “no fim estava até lavando a roupa, já era exploração”. Para continuar a trabalhar, escondeu da mãe os abusos que lhe infligiu a patroa, a “portuguesa dona Nair (olha, eu até lembro o nome dela)” (Luzia Silva, 2019), mas a situação se tornou insustentável. Quando fica sabendo, a mãe de Luzia apoia a decisão da filha, briga com a patroa e leva Luzia para casa.

Aqui vale pontuar que esse gesto da mãe não é tido, pela narradora, como ato de coragem, de enfrentamento, é dado como um ato natural de mãe que defende a filha. O fato é que quando a mãe de Luzia é deslocada para outros espaços, não observamos gestos submissos relatados no ambiente doméstico. O enfrentamento da patroa que abusa dos serviços da filha menor de idade bastaria para o contraponto. Mas há um episódio um pouco mais simbólico na entrevista realizada em 2017 com Luzia. O episódio narrado se passa nos anos de 1971-1972, quando nossa entrevistada e família estão residindo em São Bernardo do Campo, região do ABC Paulista, e Luzia já está empregada numa fábrica:

Aí eu ia com essa turma, minha mãe me levava, minha mãe ia armada com um facão porque ela tinha que passar por dentro do mato e depois ela me levava. Na outra semana eu saía 22h e meu pai ia me buscar em Piraporinha e às vezes ele demorava e eu tinha muito, muito medo de Piraporinha porque a gente ouvia falar muita coisa naquela época já de violência. (Luzia Silva, 2017).

A violência a que Luzia se refere não é mais doméstica, mas a violência urbana, especialmente perigosa às mulheres, suscetíveis que estamos também à violação sexual. No episódio, mostra-se a estratégia utilizada para se proteger dos perigos da cidade grande: iam trabalhar de turma, mãe e pai levavam e buscavam, e o trecho que especialmente nos interessa: a mãe ia *armada* com facão para cortar o mato “porque a gente ouvia falar muita coisa naquela época já de violência”. Esse enfrentamento da mãe de Luzia não é reconhecido como “guerreiro”, uma vez que os espaços que Luzia entende como resistência são distintos dos da mãe. Isso não é por acaso, a geração da narradora fora capaz de inventar espaços políticos que superariam os limites da resistência cotidiana, como ela mesma nos detalha mais à frente.

## Rebelde e briguenta: ações de classe e gênero nas fábricas

A região do ABC Paulista, que recebe Luzia, esteve dentro da política nacional-desenvolvimentista estabelecida pelos governos populistas, durante as décadas de 1950 e 1960, de promover o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis internamente. O maior representante foi Juscelino Kubitschek (1956-1961), que baseou sua política econômica para o desenvolvimento industrial na instalação de capitais estrangeiros no país. Com incentivos fiscais, doação de terrenos e ainda garantia de mão de obra barata e mercado consumidor, a produção de bens de consumo duráveis e a indústria de base foram entregues a empresas multinacionais. Tal cenário propiciou a instalação das automobilísticas na região, principalmente em São Bernardo, ao longo da Via Anchieta, como a Volkswagen, Saab-Scania, Toyota, Mercedes-Benz, Ford e Karmann-Ghia e, em São Caetano, a General Motors (Camargo, 2004, p. 59).<sup>5</sup>

A aglomeração de indústrias da área metalúrgica na região chegou a empregar na década de 1970 mais de 200 mil operários (Camargo, 2004, p. 59). Vale destacar que, pelo recorte do presente artigo, ainda na indústria metalúrgica, no estado de São Paulo, entre 1976 e 1979, houve um crescimento na força de trabalho feminina de 5,9

---

<sup>5</sup> Associada às montadoras automobilísticas, houve a instalação de um grande número de empresas de autopeças /metalurgia, como a Rubrasil (peças de borracha, hoje Freudenberg-NOK), Fibam (metalurgia/parafusos), IPA (plástico), Alumbra (metalúrgica/interruptores), Plantomic (peças de plástico), INCA, Metal Leve, Polimatic (hoje ZF), BorgWarner, Tri-Sure (Van Leer, fechada em 1994), entre outras.

% (Souza-Lobo, [1991], 2021, p. 138).<sup>6</sup>

Estar na região do ABC Paulista, nesse contexto de industrialização, foi decisivo na trajetória laboral, no engajamento sindical e na vida partidária de Luzia. Após a experiência de trabalho como babá/doméstica, Luzia parte para a busca de trabalho na indústria. Acontece que tinha apenas 12 anos e fez-se necessária a anuência do Juizado de Menor, que obteve sem maiores dificuldades, mediada por seu pai. Com anuência do pai, do patrão e do Estado, Luzia tornou-se *ajudante geral* na Rubrasil.<sup>7</sup>

Durante um tempo, ela revezava entre estudos e trabalho, o que lhe rendeu advertências, pelos atrasos, pelo cansaço (dormia na escola). Até que, na sétima série, o pêndulo que venceu foi o do trabalho. Na sua argumentação, foi devido ao “meio ponto”, descontado por um professor – que a tinha como desafeto por ser “respondona”. Luzia perde o ano e desiste dos estudos: “tinha que trabalhar”.

Depois disso, irá colecionar carteiras de trabalho, comenta que teve muitas, devido à grande mobilidade de emprego: “Aí trabalhei na... ixi é tanta firma, se eu contar para vocês... que é tanta firma que eu trabalhei que eu tenho quatro ou cinco carteiras [de trabalho], trabalhei muito em empresa, mas sempre batendo boca com chefe por conta de humilhar” (Luzia Silva, 2019).

O espírito de rebelde, que ela relata ter desde criança, está presente em toda sua trajetória de vida. Estamos aqui analisando a narrativa de Luzia e não propriamente se, de fato, ela teve esse espírito rebelde. Nossa perspectiva analítica aqui é perseguir alguns eixos narrativos de modo a compreender o que e como relata como construção identitária. *Ser rebelde* aparece em outros sintagmas como “briguenta”, categoria nativa explorada por Recoaro, Menezes, Silva e Santos Junior (2020) para compreender as clivagens de gênero da esfera doméstica transpostas ao mundo do trabalho e da militância sindical.<sup>8</sup>

Em determinado ponto da entrevista, Luzia expõe o lugar reservado para si na divisão do trabalho dentro da empresa, que era o mesmo do homem, mas com outro nome, e nos apresenta, quase que didaticamente, como o gênero é inserido nesse arranjo:

Eu questionava muito essa questão da mulher, eu tinha muito atrito dentro da empresa. Por exemplo, eu trabalhei, sempre trabalhei como operadora de máquina,

---

<sup>6</sup> A primeira edição do livro “A classe operária tem dois sexos” data de 1991 e reúne textos da década anterior que coincidem com o contexto histórico da militância de Luzia. Por esta razão decidimos manter o ano original da publicação entre colchetes.

<sup>7</sup> Empresa localizada, então, na Avenida Piraporinha, avenida que concentra muitas empresas satélites da indústria automobilística e liga São Bernardo a Diadema.

<sup>8</sup> Em análises recentes realizadas com mulheres metalúrgicas do ABC Paulista, entre elas a própria Luzia, Recoaro, Menezes, Jard da Silva e Santos Junior (2020) chama atenção para a clivagem existente entre os sexos e a reprodução das opressões de gênero no mundo do trabalho, usando como disparador, o termo *briguenta*.

prensista, na INCA, eu fui prensista, máquina pesada igual o Lamparina, o Manuelito, o Osmar. Então, eu trabalhava com aquelas máquinas pesadas, *só que eu era ajudante, eles eram prensistas*. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

Para dialogar com essa passagem do testemunho de Luzia, iremos mobilizar o que traz Souza-Lobo ([1991], 2021, p. 35) do que foi discutido no I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978, que antecedeu a entrada de Luzia na militância, a partir dos relatos de trabalhadoras metalúrgicas:

[...] pela mesma tarefa, as mulheres são classificadas no nível salarial mais baixo definido para essa função. Assim, enquanto os homens elevam-se à categoria de operário de prensa qualificado, as mulheres são “auxiliares de prensa”, independente de seu rendimento/produzitividade.

Nota-se, pois, como a divisão do trabalho dentro da empresa utiliza a hierarquia de classificação funcional para produzir clivagens artificiais de competências entre homens e mulheres e, portanto, criar fossos salariais entre ambos. Tanto Luzia quanto as operárias que participaram do Congresso relatam que não se acomodaram com a situação. O termo *briguenta* não aparece nas falas das operárias, mas elas possuem atitudes similares às que Luzia atribui a si, quando se apresenta como *briguenta*: “eu vejo uma coisa errada, logo vou falando, nunca fui de ficar quieta, por isso nunca parei em serviço nenhum” (Luzia Silva, 2019).

Souza-Lobo ([1991], 2021, p. 36) escreve sobre a operária do Congresso de 1978: “Essa operária atacava a empresa, mesmo sabendo que seria despedida por isso”. Nas palavras da operária:

Meu chefe dizia que eu fazia um trabalho diferente. Era mentira. Era a palavra do chefe contra a minha e as minhas testemunhas. Adivinha o que aconteceu... A justiça deveria procurar provas, fazer-me trabalhar diante deles, mas não fizeram isso. Não é justo ser subclassificada quando se trabalha o mesmo tanto ou até mais [testemunho de uma operária durante o I Congresso das Mulheres da Metalurgia de São Bernardo do Campo, 1978].

A indignação sobre o menor salário das mulheres em relação aos homens que se expressava, muitas vezes, nas relações cotidianas, vai assumindo expressão pública por meio da participação das mulheres no chão de fábrica e no movimento sindical.

A certa altura da entrevista, Luzia é indagada diretamente sobre sua militância relacionada às questões das mulheres. E nesse momento, ela faz uma distinção entre o feminismo e a militância das mulheres da categoria. Essa distinção se aproxima da reflexão de Souza-Lobo ([1991], 2021) quando se refere ao impacto do Congresso da Mulher Metalúrgica, sobre as demandas das mulheres dentro da fábrica:

A abertura desse espaço [do Congresso] permitiu apenas vislumbrar o desenvolvimento de um feminismo operário, articulando exploração econômica e dominação sexual, capaz de trazer à tona ou reforçar as reivindicações sufocadas no cotidiano das operárias contra o autoritarismo e a violência sexista, apontando para práticas renovadas que articulassem reivindicações gerais e reivindicações específicas 'levando em conta a totalidade das formas sociais assumidas pelas relações de classe' (Kergoat, 1982). (Souza-Lobo, [1991], 2021, p. 126).

Luzia, de fato, como sugere a autora, tem o Congresso da Mulher Metalúrgica como referência. Nesse sentido, vale destacar a reflexão que a autora traz nesse trecho para a reflexão sociológica da época – e para hoje – e se contrapõe a uma ideia de que a questão da mulher é uma especificidade que serviria apenas para fragmentar e atrapalhar na luta contra a alienação do trabalho. A proposição é que se incluía as questões de gênero no seio da discussão da luta de classes, já que ambas (classe e gênero) são fatos históricos, objetivamente compreensíveis na integração entre prática e relação social. Souza-Lobo ([1991], 2021, p. 128) faz a crítica nos seguintes termos:

Os próprios instrumentos de análise, os conceitos com que trabalhamos, estão calcados em modelos de práticas da classe, leia-se de práticas masculinas, e frequentemente não dão conta das práticas das operárias. Constrói-se assim o que se chamou de invisibilidade das operárias, visíveis apenas como objetos especiais, vistos através de lentes especiais, de aumento, mas sempre invisíveis quando se analisa a classe como um todo.

Souza-Lobo ([1991], 2021) identifica a invisibilidade das operárias nas lutas dos metalúrgicos e reivindica a necessidade de que as questões relativas às mulheres, assim como o reconhecimento da participação das mulheres, sejam constituintes das lutas sociais e das práticas sindicais. Luzia não fazia parte do movimento feminista, mas suas práticas cotidianas no chão de fábrica ou no sindicato eram constituídas pela luta por direitos das mulheres trabalhadoras.

## Mulher e operária: consciência, participação e sindicato

O grande marco para militância política de Luzia é a greve de 1980, quando participou de toda a organização e comenta da ampla participação das mulheres em atividades como o fundo de greve. E arremata: “depois sumiam”. A elas faltaria a postura combativa de uma mulher *briguenta*. Luzia conta que ela, sim, prosseguiu na luta e foi perseguida e mandada embora por conta de seu protagonismo na mobilização que gerou dentro da “firma”, “distribuindo a tribuna” (refere-se ao jornal Tribuna

Metalúrgica), “falando da luta” e “chamando as mulheres para debater”.

A partir da mobilização grevista, seguem-se episódios de perseguição política dentro das fábricas. A seguir um breve fragmento da repressão que sofreu de seu supervisor na empresa Polimatic e que culmina com a sua demissão:

Aí quando voltou [da greve de 41 dias], aí passei o que eu nunca tinha passado dentro de empresa, aí era terrível, eu ia no banheiro, o supervisor, Sr. Navarro, mandava ir atrás de mim ver o que eu estava conversando lá dentro, com quem eu estava conversando [...]. Aí foi uma tortura: o tempo todo, ele chegava na porta do banheiro se eu demorasse um pouco, às vezes estava falando do sindicato mesmo, estava falando mesmo, ele chegava na porta do banheiro, batia assim: pá [mostrou com as mãos] 'Luzia, você vai sair daí ou não vai? Luzia, será que eu vou ter que entrar aí Luzia [...]'. Aí eu saía, aí foi um inferno, foi uma pressão, uma pressão psicológica muito grande. Aí dois meses, depois que acabou a greve, não teve jeito, aí fui mandada embora, aí eu sofri, um ano desempregada, todo dia procurando emprego, mas mesmo assim vinha para o sindicato, vinha para o sindicato, tentava ajudar o sindicato, saía às vezes passando tão mal, tanta fome que faltava desmaiar no meio da rua porque não tinha dinheiro, não tinha nada, aí... enfim, aí fiquei militando... (Luzia Silva, 2019).

Na narrativa, observamos o dispositivo da oralidade que faz contraponto a essa perseguição. Em decorrência de seu engajamento nas greves, a partir de 1979, as palavras participar e participação emergem como termos recorrentes na narrativa. Eles se associam às palavras militar e militância. As greves representam uma virada biográfica, nos termos tratados por Rosenthal (2014). A partir de então, ser *briguenta* é relatado como algo constituinte de sua personalidade, da sua compreensão do mundo e de sua reação ao que considerava errado. Era, portanto, uma ação e compreensão individual. Veremos, a seguir, como ela mesma narra esse momento em sua trajetória de vida, que estamos interpretando aqui como uma virada *biográfica*:

Então, quando eu comecei a militar eu não tinha essa clareza, eu para mim... a minha visão era do quê? Era que as pessoas nos tratavam mal dentro da empresa, que a empresa não reconhecia o trabalho, eu questionava muito essa questão da mulher. Eu tinha muito atrito dentro da empresa [...]. Eu sempre tive essa *briga* de uma forma não organizada porque é uma coisa... é minha, é individual, *brigar* sozinha, tanto que eu me prejudiquei, fui mandada embora de várias empresas por causa dessas *brigalhadas*, né? De falar: 'Não, por quê? Por que mulher tem que ganhar menos?', *mas sem ter uma consciência de fato, uma consciência política* que eu só fui depois entender a partir de várias reuniões no sindicato, de vários debates, então a mesma coisa foi a ditadura, eu não tinha muita essa compreensão. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos).

Podemos observar nessa passagem os termos em que a virada biográfica é descrita: antes das greves o termo *briga* se associa a ações “de forma não organizada”, “individual”; posteriormente, contrasta com “ter consciência de fato”, “uma consciência política” que é adquirida em formas de ações coletivas como as greves, as reuniões do sindicato e debates.

A participação das greves metalúrgicas é importante não só na trajetória de Luzia, mas também na de várias mulheres na região do ABC Paulista. No entanto, nos registros históricos e memórias das greves, as mulheres são, em geral, invisibilizadas, como podemos observar na análise realizada nos artigos de Santos Júnior e Menezes (2019) e Recoaro, Menezes, Silva e Santos Junior (2020); Santana e Fraga (2020) também observaram que a produção sobre as greves metalúrgicas no Rio de Janeiro, em geral, está centrada na visão dos homens sobre os acontecimentos que marcaram a greve.

Essa invisibilidade é sentida no desenrolar dos fatos narrados por Luzia. A inserção efetiva em cargos de direção do sindicato, por exemplo, não é tão imediata. E a oportunidade ocorre para Luzia justamente por ela possuir características de enfrentamento não reconhecidas socialmente como femininas. Luzia irá entrar na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos em 1983, após provocações sobre sua postura *briguenta*: “você só critica, você não assume”. Resolve, então, tomar a frente, e começa a mobilizar as demais mulheres: “Você tem medo de ser mandada embora? entra na CIPA”.<sup>9</sup> Começou a conversar com elas para compor, depois, uma Comissão de Mulheres, que, segundo ela, rendeu um grupo muito bom de trabalhadoras, que acabaram por também integrar a direção sindical e as CIPAs.

Esse momento de participação começa por trazer elementos importantes do contexto social em que a narradora está inserida. O acirramento da perseguição na fábrica, sabemos, não é caso isolado. Contextualizamos a presente narrativa dentro da Ditadura Militar institucionalizada no Brasil, a partir de um golpe, de 1964 a 1985.

Napolitano (2021, p. 80) demonstra que o controle – a partir do Estado brasileiro – dos movimentos de resistência foi garantido por meio dos dispositivos jurídicos dos Atos Institucionais ao observar que “o regime ditatorial, a partir de 1964, funciona como instrumento de controle de possíveis movimentos sociais organizados”. A narrativa de Luzia, por sua vez, traz para cena a reprodução desse controle nos locais de trabalho. Que seja: a perseguição observada é política e realizada a partir da vigilância constante, ameaças e demissões. É exatamente esse clima de terror e perseguição instalados nas empresas o pano de fundo da participação de Luzia e da mobilização das mulheres para a resistência organizada.

---

<sup>9</sup> A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes era uma entrada comum para o sindicato, assim havia feito nossa entrevistada e assim ela começava a incentivar as colegas a entrarem para a resistência organizada.

## Descobrimo o mundo: a ditadura entra em cena

Esta última sessão será dedicada a compreender, após toda a trajetória descrita, onde e como o contexto da repressão política entra em cena. As relações que se estabelecem entre a memória aqui mobilizada e a história nacional operou-se por meio da observação “dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade”, possibilitadas pelas histórias de vida (Bourdieu, 1996, p. 185).

A partir da constatação de Recoaro, Menezes, Silva e Santos Junior (2020) sobre as clivagens de gênero vividas no mundo doméstico se reproduzirem no mundo do trabalho, perseguimos os vestígios de gestos que autorizam e/ou naturalizam a posição subalterna da mulher na sociedade contemporânea em busca desses “mecanismos sociais”. A forma como Luzia é tratada pelo supervisor que espalma a porta do banheiro é autorizada pela mesma cultura que autoriza os safanões que o pai dava em Luzia toda vez que era contrariado.<sup>10</sup>

Por outro lado, nos deparamos também como a solidariedade engendrada no seio da família para sair de uma situação indigna de moradia, com a postura da mãe contra a patroa “que explorava”, a revolta de Luzia contra o pai que tratava a mãe com ação e voz autoritárias, a compaixão pelo sofrimento da mãe, a avó como um exemplo de mulher forte, guerreira. Enfim, nos deparamos com gestos de solidariedade que funcionam como prólogo do momento em que se reconhecerá como *rebelde, briguenta, com participação ativa* nas greves e na vida sindical. O enfrentamento de condições e situações de exploração e a dominação de gênero desloca-se nas diferentes situações e ao longo de sua trajetória de vida.

O ponto de virada da participação na greve de 1980, como vimos, faz com que Luzia comece a sentir perseguições para além das violências simbólicas calcadas na eterna desqualificação de seu trabalho por ser mulher. As assembleias, congressos e comissões do Sindicato tornam-se os espaços em que Luzia integrará suas resistências cotidianas em lutas compartilhadas.

Apesar de começarem a ficar cada vez mais nítidos os dispositivos de um Estado autoritário nas histórias narradas, pois já temos um imagético sobre como se efetuava tal poder. Imagético, vale pontuar, além de referenciado nas ciências humanas, também amplamente representado em produções audiovisuais<sup>11</sup> e, mais recentemente,

---

<sup>10</sup> Gritar, ameaçar, estabelecer condições, vedar a palavra são termos correntes para contar a relação de Luzia com o pai.

<sup>11</sup> No contexto de Luzia, ressalta-se o longa-metragem “Eles não usam black-tie”, de 1981. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman Produções. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Gianfrancesco Guarnieri; Carlos Alberto Riccelli; Bete Mendes e outros. Roteiro: Leon Hirszman e Gianfrancesco Guarnieri. 1 DVD (134 min).

publicamente reafirmados como fato histórico a partir dos testemunhos e documentos acumulados pelo trabalho das comissões nacionais em todo país (Homma; Marinho, 2021).<sup>12</sup>

Também começa a ficar cada vez mais nítido, no relato de Luzia, o clima de perseguição *versus* mobilização. No entanto, ainda não são diretamente relacionadas ao Estado autoritário. Ao ser indagada, afinal, sobre como a ditadura militar brasileira foi sentida por ela (a entrevistada) – considerando sua forte atuação sindical –, temos um ponto alto na conversa, em que a narrativa de si acaba por se confundir com uma memória mais ampla. Os disparadores são as lembranças relacionadas ao estranhamento, ao medo e, finalmente, à revolta.

Então a mesma coisa foi a ditadura. Eu não tinha muito essa compreensão, eu sabia que, por exemplo, eu fui votar [em 78], eu lembro que o pessoal falava assim: 'ah, você vai votar na Arena, vai votar no tudo azul', por exemplo. na Arena eu falava: 'eu não, eu vou votar em candidato do governo? eu não quero candidato do governo'. Pra mim, eu diferenciava o que era direita, porque era da Arena, isso naquela época. Mas não tinha essa consciência. Eu sabia que tava ruim, que tava errado a forma que nós éramos tratados. Eu fui realmente entender, na verdade a partir da greve de [19]80, que *eu via passando por toda aquela repressão*. Nossa, eu, até então, eu não tinha vivido aquilo, daí, então, eu vi aquela repressão, aquela cena do helicóptero sobrevoando a Vila Euclides, hoje Estádio Primeiro de Maio. *Aquilo foi um negócio que eu olhava, eu não conseguia entender .... eu falava, eu brigava, como que eles podem, com aquelas [faz gesto de arma com as mãos] apontando pra gente, eu achava aquilo um absurdo*. Quando nós, eu acho que na assembleia ali na igreja matriz, é uma cena que eu sempre comento com o pessoal, aqueles carros de bombeiro, com aqueles cachorros e *eles atiçava assim o cachorro pra cima da gente, chegou a cair saliva em mim, o cachorro [imita o cachorro], sabe, latindo, meu, se ele encosta ali o cachorro mordida, então, ali que eu fui começar a entender que aquilo era a ditadura*. Eu não tinha esse entendimento, eu nunca tive, eu sempre fui uma pessoa que ficava brigando, brigando, brigando de uma forma individual, nunca coletiva, nunca, como é, organização, se organizar pra lutar, *eu fui aprender isso a partir do movimento sindical, greve de 1980, e [19]79, que 79 eu participei pouco*. Mas a partir da greve de 80 que eu fui começar a compreender, aí depois, foi, a gente lutou pelas Diretas Já, fomos pra São Paulo. E tudo isso nosso, eu me arrepiava, eu chorava, pra mim parecia assim que eu havia me encontrado, sabe quando você falava caramba, *parece que eu tava descobrindo o mundo naqueles movimentos*. Fui para Brasília, lutar por 40 horas semanais, Diretas Já também,

---

<sup>12</sup> "[...] um ponto decisivo na experiência da Justiça Restaurativa no país foi a criação da Comissão Nacional da Verdade por meio da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, visando apurar violações aos Direitos Humanos no período entre 1946 e 1988. A partir da Comissão Nacional, foram criadas Comissões Estaduais, Municipais e Setoriais, incluindo as Comissões Universitárias" (Homma; Marinho, 2021 p. 5).

participei dos movimentos de mulheres em Brasília, para lutar por questões mais específicas de mulher, fui pro Chile [...]. (Luzia Silva, 2019, grifos nossos)

O movimento que Luzia faz para compreender a reação do Estado a uma mobilização, a uma assembleia, enfatiza a violência e a repressão. Ou seja, o deslocamento do reconhecimento de si num coletivo faz com que a atuação individual, a briga pessoal, passe a ser a “luta” de todos(as) nós. A partir da mobilização popular e da atuação sindical, um novo horizonte de posicionamento se abre.

## Considerações Finais

Versar sobre o mundo do trabalho no ABC Paulista perseguindo a trajetória de vida de uma mulher que migrou da região Nordeste para São Paulo alargou o horizonte histórico do próprio território do ABC. Pois fazer o caminho contrário a partir da memória, fez-nos aportar no “antes da chegada” e levou-nos: a) a colocar em cena o campo, de um Brasil ainda imerso em desigualdades relacionadas à concentração fundiária; b) a considerar os deslocamentos das pessoas e famílias como vivência das violações ao direito da pessoa; c) a ter no horizonte o impacto da experiência dos deslocamentos humanos nas estratégias de pertencimento ao novo território.

O que vale dizer que o olhar atento da presente narrativa traz à tona mecanismos de controle e as violações nas relações de classe e gênero desde o campo até a cidade, desde a casa até o mundo, acompanhando os movimentos entre um espaço e outro.

Para compreendermos a recepção do mundo urbano à família vinda de “outro mundo”, nos atentamos à dinâmica habitacional da recém-industrializada São Paulo. E a ideia de autoconstrução urbana (Kowarick, 1993) nos auxiliou na observação de que à violência da ausência do Estado respondeu-se com uma dinâmica de solidariedade do tipo intrafamiliar, que coloca em suspenso os conflitos interpessoais. Percebemos Luzia reproduzir a ideia de ajuda mútua durante toda a narrativa: desde seu engajamento na luta por melhores condições de trabalho até sua desmobilização, quando não mais encontra esse valor nas relações políticas.

Para compreender como as diversas tecnologias políticas da violência atravessam o corpo de Luzia, é importante que se diga que ela se apresenta como uma mulher que ousou engajar-se no mundo para além das atividades do cuidado, de secretariado, de assistência ao trabalho útil do homem, que estruturalmente posicionam o gênero feminino na perspectiva da submissão em casa, no trabalho e na militância.

A partir da busca inicial de dispositivos de violência do Estado incidindo nesse corpo, nos deparamos com violências outras que não apenas somam-se às violências vindouras, quando do tempo de militância, mas servem como marcadores das violências que hão de atravessar seu corpo durante sua caminhada. Desde a família, passando pela

empresa, sindicato, até chegar ao Estado, nessas interações institucionalizadas, o outro não é visto mais como sujeito. Afinal, para ser alvo de violência sistêmica é necessário antes operar um gesto de coisificação/tipificação da pessoa.

Na narrativa de Luzia, a despersonificação ocorre também com o agente da violência quando esse é o próprio Estado. O pai, a vizinha, a patroa, o segurança da empresa – todos eles são e atuam como sujeitos sociais e históricos. No entanto, o “helicóptero”, as “armas” e a “baba do cachorro” são metonímias para se referir à violência militarizada do Estado; quando muito, diz a *polícia*, de forma generalizada, sem especificação: não há “o” *policia*. O dispositivo mais bem acabado da ameaça institucionalizada não tem outro nome que não a Ditadura.

Inferimos a partir das narrativas de Luzia que os desafios que se colocam para ela, desde o início da sua trajetória, são enfrentados em dispositivos coletivos de contraponto: a solidariedade, a empatia, a organização sindical, as assembleias, as mobilizações de greve, o movimento de mulheres, mas, também, por práticas cotidianas de resistência. O que vale dizer que contra violência institucionalizada, Luzia recorre aos dispositivos de organização e resistência da categoria das(os) metalúrgicas(os) com sua posição e olhar enquanto mulher, inserindo a questão do gênero nas discussões de classe. Em suas palavras: “hoje, você vê mulher na direção, mulher na política, mas não foi sempre assim. Não foi fácil, não! Continua não sendo, mas melhorou muito. A gente tem que seguir lutando” (Luzia Silva, 2019).

## Referências

- A HISTÓRIA faz o bairro. *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, p. 13, 11 nov. 1971.
- ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. In: Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 77-90.
- BOSI. Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro, 2006. p. 183-191.
- CAMARGO, Nádia Aparecida Lopes de. *A geografia das lutas metalúrgicas no ABC paulista na virada dos anos 70 do século XX*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, SP, 2004.
- CITTADINO, Monique; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. Justiça de transição, memória e verdade: histórias de vida de militantes comunistas e a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 219-238, jan./jun. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. Memória e reparação no Ensino Superior: uma análise das Comissões da Verdade Universitárias em São Paulo. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 32, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0202>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JACQUET, Christine. Socialização das crianças e diversificação dos arranjos familiares. In: MENDONÇA FILHO, Manuel; NOBRE, Maria Tereza (Org.). *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. p. 310-327.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar. São Paulo: Contexto, 2021. p. 69-95.

PAIVA, Rita. O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica. *Plural*, São Paulo, n. 6, p. 76-102, 1999.

PEREIRA, Thalita Nayara da Cunha. *Vila Carioca, dos anos 20 à atualidade : um estudo da contaminação do solo na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, p. 70, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RECOARO, Deise; MENEZES, Marilda Aparecida de; JARD DA SILVA, Sidney; SANTOS JÚNIOR, Jaime. Invisibilidades, insurgências e emergências. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 52, p. 87-105, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51528>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14 n. 2 p. 227-249, maio./ago. 2014.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013.

SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa. As piqueteiras: mulheres e participação política na greve metalúrgica de 1979 no Rio de Janeiro. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 179-199, jul./dez. 2020.

SANTOS JUNIOR, Jaime; MENEZES, Marilda Aparecida de. À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDITA, Beatriz (Org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 225-263.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. *Revista Eletrônica do Nead*, Brasília, v. 1, p. 1-14, 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth [1991]. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 3. ed. Editora: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2021.

## Fontes orais

SILVA, Luzia [59 anos]. [dez. 2017]. Entrevistadoras: Marilda Menezes e Deise Recoaro. São Bernardo do Campo, SP, 14 dez. 2017.

SILVA, Luzia [61 anos]. [nov. 2019]. Entrevistadores: Luiz Soares da Cruz e Deise Aparecida Recoaro. São Bernardo do Campo, SP, 24 nov. 2019.

Recebido em 31/07/2021

Versão final recebida em 29/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

**Contribuições dos autores:** Silvério: planejamento de pesquisa, redação e revisão bibliográfica; Menezes: planejamento de pesquisa, realização de entrevistas, redação e revisão; Jard da Silva: planejamento de pesquisa, redação e revisão.

**Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Bolsa e Auxílio à Pesquisa.

**Conflitos de interesse:** nada a declarar.